

1 Ata da reunião ordinária nº 1555
2 do Conselho de Administração da
3 Universidade Estadual de
4 Londrina - UEL, realizada no dia
5 28 de agosto de 2024.

6 No dia vinte e oito de agosto, do ano de dois mil e vinte e quatro, às
7 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se ordinariamente o Conselho de
8 Administração, sob a presidência da Reitora, Profª Dra. Marta Regina
9 Gimenez Favaro, com a presença dos seguintes Conselheiros: Laura
10 Taddei Brandini, João Antonio Cyrino Zequi, Silvano Cesar da Costa,
11 Miguel Belinatti Piccirillo, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Rosane Suely
12 Alvares Lunardelli, Inês Cristina de Batista Fonseca, Patrícia Mendes
13 Pereira, Eloísa Ramos Ribeiro Rodrigues, Orlando Mendes Fogaça
14 Júnior, Carlos Eduardo Boni, Keli Cristina da Silva Ferreira, Pâmela
15 Gomes de Ramos, Gabriel Veríssimo dos Santos, Azenil Staviski,
16 Suzana Mali de Oliveira, Alécio Martins Fontes, Ana Márcia Tucci de
17 Carvalho, Zilda Andrade e Leandro Altimari. Ausências justificadas:
18 Airton José Petris e Vivian Feijó. Convidados: Angela Maria Sousa
19 Lima, Luiz Claudio Buzeti, Marta Dantas, Sandra Garcia, Ariela Besing
20 Motter, Alberto Duran Gonzales e Lisiane Freitas de Freitas. **ORDEM**
21 **DO DIA. 1) Discussão e votação da ata da reunião nº 1553 de 14 de**
22 **agosto de 2024.** Aprovada por unanimidade, com alterações nas falas
23 da profª Laura Brandini (fl. 32, linhas 13 e 14) e do prof. Edmilson
24 Lenardão (fl. 29, linhas 22 a 24). **2) Processo 22.164.668-1 - CASA**
25 **CULTURA - deliberar acerca do relatório anual da Casa de Cultura**
26 **referente ao ano de 2023 (Relatora: Profª Dra. Marta Dantas).** Profª
27 Marta Dantas relatou que a Resolução CA 162/1997, demonstra que
28 entre os objetivos específicos da Casa de Cultura, estão: fomentar a
29 produção artístico-cultural dentro da comunidade universitária e fora
30 dela; estimular a criação de um público informado nas áreas de
31 conhecimento específico da Casa de Cultura; e estimular a reflexão e
32 discussão crítica nas áreas de conhecimento específico da Casa de
33 Cultura, ou seja artes visuais, teatro, cinema, música e artes cênicas e
34 nesse sentido, considera que o relatório cumpriu seus objetivos. Disse
35 que a população atingida pela Casa de Cultura são estudantes de 1º e
36 2º graus de escolas públicas, os estudantes universitários, grupos de
37 terceira idade da comunidade externa e público em geral. O público
38 total atingido pelas atividades da Casa de Cultura em 2023, foi de
39 68.026 pessoas, divididas em algumas ações. No caso do cinema, 276
40 sessões; OSUEL: 12 concertos; Grupos de Corais: 36 apresentações;
41 4 exposições de Arte Contemporânea, 6 apresentações de Música
42 historicamente informada (60 aulas); 108 atividades de artes Cênicas

1 com 19 Oficinas. No Cine Teatro Ouro Verde, foram apresentados 93
2 espetáculos. Ressaltou que a Casa de Cultura não é apenas uma
3 Prestadora de Serviços à Comunidade, mas sim de ensino, não formal
4 e que contemplam os objetivos previstos na Resolução. Disse que as
5 atividades de todas as Divisões da Casa de Cultura, são atingidas pela
6 falta de recursos humanos e a OSUEL é um dos setores em risco por
7 falta de recursos humanos pois conta com 34 músicos, sendo que o
8 número mínimo para uma orquestra sinfônica é de 80 músicos. A Casa
9 de Cultura e a Vice-Reitoria têm unido esforços para encontrar uma
10 saída que assegure a manutenção da OSUEL e o retorno de suas
11 atividades para além do programa da temporada anual e para além do
12 espaço do teatro. Lamentavelmente, precisam ainda e apesar de todas
13 as ações registradas nos relatórios anuais, justificar a existência e a
14 manutenção da Casa de Cultura. Neste relatório fica evidente que as
15 atividades da Casa de Cultura da UEL sustentam e promovem, em
16 larga medida, a cultura da cidade de Londrina. A comunidade
17 universitária e londrinense, por meio das atividades da Casa de Cultura,
18 pode ter acesso e desfrutar de programação e formação artística dignas
19 de grandes centros. Lamentavelmente a Lei Geral das Universidades
20 não reconhece a importância dos Órgãos Suplementares das
21 Universidades do Estado do Paraná. Concluiu dizendo que apesar da
22 falta de recursos financeiros e humanos, apesar das condições cada
23 vez mais precárias de trabalho, a Casa de Cultura continua, apesar de
24 tudo, alcançando seus objetos, cumprindo com a sua função,
25 produzindo e fomentando arte e cultura de alto nível, mas a questão é:
26 até quando? Prof^a Carrie Chueiri Galvan parabenizou a prof^a Marta
27 pelas ações realizadas. Considera a Casa de Cultura um Órgão
28 Suplementar muito importante para a formação acadêmica e para toda
29 a sociedade de Londrina e região. Considera o relatório muito
30 interessante pois apresenta não apenas as expectativas existentes,
31 mas quantas foram alcançadas, apesar de todas as dificuldades.
32 Entende que através do diagnóstico apresentado no relatório, este
33 Conselho deve contribuir para diminuir as limitações. Prof. João Zequi
34 parabenizou o trabalho executado pela Casa de Cultura e considera
35 que este Conselho precisa fazer parte deste processo e contribuir na
36 busca de apoio e recursos no próprio município. A Reitora colocou que
37 estamos vivenciando essa situação em todos os Órgãos
38 Suplementares, pois a constituição do quadro funcional da forma como
39 foi estabelecida pela LGU, não considera os Órgãos Suplementares.
40 Considera muito importante o apoio do Conselho de Administração.
41 Estão buscando caminhos de financiamento, com recursos destinados
42 via Secretaria Municipal de Cultura, ou seja, a equipe da Casa de

1 Cultura tem feito um movimento externo à Universidade para buscar
2 fortalecimento para suas atividades. Prof^a Laura Taddei Brandini
3 considerou bastante didática a forma de apresentação do relatório, com
4 expectativas e dificuldades encontradas. Colocou que no relatório de
5 revisão da LGU, tem uma parte robusta sobre os Órgãos
6 Suplementares. Disse que é preciso começar a pensar em quantitativos
7 de funcionários nos Órgãos Suplementares. Prof^a Inês Cristina de
8 Batista Fonseca parabenizou o trabalho realizado pela Casa de Cultura,
9 pois considera a arte extremamente necessária para a saúde mental de
10 todos. Disse que algo que chamou muito a sua atenção no relatório é
11 que a bilheteria está sendo utilizada para contratação de músicos e isso
12 é muito crítico e merece uma atenção especial. A Reitora esclareceu
13 que a Vice-Reitoria vem acompanhando os Órgãos Suplementares e
14 existe inclusive uma possível disponibilização de R\$ 5 milhões que
15 ficaria sob a gerência da Casa de Cultura, especificamente para a
16 Orquestra. Prof. Orlando Fogaça Junior parabenizou o trabalho da prof^a
17 Marta e equipe pelos trabalhos realizados, apesar da escassez de
18 recursos financeiros. Colocado em regime de votação, o relatório anual
19 da Casa de Cultura referente ao ano de 2023, foi aprovado por
20 unanimidade. **3) Processo 22.444.575-0 - COPS - deliberar acerca do**
21 **Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados de**
22 **planejamento e execução do Processo Seletivo Vestibular para o**
23 **curso de graduação em Medicina das Faculdades Pequeno**
24 **Príncipe - FPP - Curitiba/PR, a ser realizado pela COPS/UEL**
25 **(Relatora: Prof^a Dra. Sandra Garcia).** Prof^a Sandra Garcia informou
26 tratar-se de Contrato de Prestação de Serviços Técnicos a ser firmado
27 entre a Universidade Estadual de Londrina, por intermédio de sua
28 Coordenadoria de Processo Seletivo (COPS) e a Faculdades Pequeno
29 Príncipes, tendo como objetivo a prestação de serviços especializados
30 de planejamento e execução de processo seletivo Vestibular de Verão,
31 do Curso de Medicina, para 2025. A Previsão de custos está orçada em
32 R\$ 159.799,95 (Cento e cinquenta e nove mil, Setecentos e noventa e
33 nove reais e noventa e cinco centavos). O valor referência está
34 estimado para 1400 candidatos, sendo que para cada candidato a mais
35 que se inscreverem, será pago o valor adicional de R\$ 95,52 (noventa
36 e cinco reais e cinquenta e dois centavos). Este valor, em tese, seria o
37 equivalente aos custos variáveis por vaga indicados na planilha de
38 custos COPS. Há também a previsão de R\$ 31.959,99 (trinta e um mil,
39 novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos)
40 identificadas como Despesas Administrativas, que estão relacionadas
41 a ressarcimentos de despesas indivisíveis não quantificáveis da UEL
42 (20%) e mais R\$ 47.939,98 (quarenta e sete mil, novecentos e trinta e

1 nove reais e noventa e oito centavos) referente ao percentual de 30%
2 da Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios – DREM. A
3 Proplan informa que a Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, contém
4 previsão de valores em rubricas orçamentárias da Fonte 501 (antiga
5 Fonte 250), comumente utilizadas pela COPS para esta finalidade, em
6 patamares suficientes para atender as necessidades apresentadas.
7 Colocado em regime de votação, o Contrato de Prestação de Serviços
8 Técnicos Especializados de planejamento e execução do Processo
9 Seletivo Vestibular para o curso de graduação em Medicina das
10 Faculdades Pequeno Príncipe - FPP - Curitiba/PR, a ser realizado pela
11 COPS/UEL, foi aprovado por unanimidade. **4) Processo 22.449-647-8**
12 **- COPS - deliberar acerca do Contrato de Prestação de Serviços**
13 **Técnicos especializados de planejamento e execução do Processo**
14 **Seletivo Vestibular para o curso de graduação em Medicina da**
15 **União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO - São José**
16 **do Rio Preto, SP (Relatora: Profª Dra. Sandra Garcia).** Profª Sandra
17 Garcia informou tratar-se de Contrato de Prestação de Serviços
18 Técnicos a ser firmado entre a Universidade Estadual de Londrina, por
19 intermédio de sua Coordenadoria de Processo Seletivo (COPS) e a
20 Associação Educacional de Ensino Superior, mantenedora da União
21 das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGOS, tendo como objetivo
22 a prestação de serviços especializados de planejamento e execução de
23 Processo Seletivo Vestibular, do Curso de Medicina, para o primeiro e
24 segundo semestre 2025. A Previsão de custos identifica o valor de R\$
25 83.987,55 (Oitenta e três mil, novecentos e oitenta e sete reais e
26 cinquenta e cinco centavos) para cada processo seletivo, totalizando
27 R\$ 167.975,10 (Cento e setenta e sete mil, novecentos e setenta e
28 cinco reais e dez centavos), valor referência para 200 candidatos por
29 concurso, sendo que para cada candidato a mais que se inscrever, será
30 pago o valor adicional de 309,15 (trezentos e nove reais e quinze
31 centavos). Este valor, em tese, seria o equivalente aos custos variáveis
32 por vaga. Também observamos que a previsão orçamentária prevê um
33 ressarcimento à UEL de 20% (R\$ 16.797,51) e a programação de 30%
34 (R\$ 25.196,26) para a Desvinculação de Receitas de Estados e
35 Municípios – DREM, por processo seletivo. A Proplan informa que a Lei
36 Orçamentária Anual (LOA) vigente, contém previsão de valores em
37 rubricas orçamentárias da Fonte 501 (antiga Fonte 250), comumente
38 utilizadas pela COPS para esta finalidade, em patamares suficientes
39 para atender as necessidades apresentadas, e para execução no
40 exercício seguinte, as demandas apontadas serão consideradas no
41 momento da elaboração da LOA 2025. Colocado em regime de
42 votação, o Contrato de Prestação de Serviços Técnicos especializados

1 de planejamento e execução do Processo Seletivo Vestibular para o
2 curso de graduação em Medicina da União das Faculdades dos
3 Grandes Lagos - UNILAGO - São José do Rio Preto, foi aprovado por
4 unanimidade. **5) Processo 22.424.145-3 - PROPPG - deliberar acerca**
5 **do pedido de autorização para que o Curso de Especialização em**
6 **Ortodontia possa funcionar, excepcionalmente, com o número**
7 **menor do que o previsto em resolução, turma do 2º semestre de**
8 **2024 (Relatora: Profª Dra. Silvia Meletti).** O Conselho aprovou por
9 unanimidade, que o Curso de Especialização em Ortodontia funcione
10 excepcionalmente, com o número mínimo de 04 (quatro) estudantes,
11 na turma do 2º semestre de 2024. Ver Resolução CA nº 048/2024.
12 **EXTRAPAUTA 1- Processo 22.655.627-3 - CCB/PJU - deliberar**
13 **acerca do Termo de Compromisso a ser celebrado entre a UEL e a**
14 **Destilaria ÁGUABONITA. (Relator: José Marcelo Torezan).**
15 Compareceu para relatar o processo, a Profª Alda Cavaleiro. Ela
16 informou tratar-se de Termo de Compromisso a ser firmado entre a UEL
17 e a Agrícola Água Bonita, empresa privada que administra a Fazenda
18 Congonhas, em Rancho Alegre-PR. Na referida fazenda são
19 desenvolvidos, por pesquisadores do CCB, estudos científicos sobre
20 fauna e flora há mais de 20 anos e, especialmente nos últimos dez
21 anos, como parte do programa de Pesquisa Ecológica de Longa
22 Duração do CNPQ, em que a UEL participa como sede do sítio Mata
23 Atlântica do Norte do Paraná. Como o próprio nome sugere, pesquisa
24 de longa duração implica monitoramento de longo prazo, com medidas
25 repetidas das mesmas amostras nos mesmos locais. Considerando
26 que já existe um patrimônio de pelo menos dez anos de medidas e
27 coletas de amostras na Fazenda Congonhas; e considerando que, face
28 a mudanças recentes na titularidade da propriedade, a assinatura do
29 termo de compromisso ora proposto é indispensável para garantir o
30 acesso à propriedade. Prof. João Zequi Prof. João Zequi complementou
31 dizendo que o CCB tem uma equipe grande de pesquisadores que
32 trabalham com recuperação de áreas degradadas envolvendo pessoal
33 da zoologia, botânica, ecologia, vinculados à Programas de Pós-
34 Graduação. Considera muito importante firmar um Termo de
35 Compromisso, pois são anos de pesquisas e é preciso dar segurança
36 ao projeto. Parabenizou o trabalho da equipe. Colocado em regime de
37 votação, o Termo de Compromisso a ser celebrado entre a UEL e a
38 Destilaria Água Bonita, foi aprovado por unanimidade. A Reitora relatou
39 que os itens extrapauta (2, 3 e 4), dizem respeito ao mesmo objeto de
40 solicitação de prorrogação do prazo para discussão nos Centros,
41 da minuta de Resolução apresentada pelo Grupo de Trabalho, em
42 substituição às Resoluções CA nºs. 180/2009 e 163/2009. **Extrapauta**

1 **2 - Processo 22.640.325-6 - CCS - deliberar acerca do pedido de**
2 **ampliação do prazo para a finalização das discussões nos Centros**
3 **acerca do Relatório do Grupo de Trabalho que apresentou uma**
4 **minuta de resolução em substituição às Resoluções C.A 180/2009**
5 **e 163/2029. (Relatora: Profa. Dra. Andrea Name).** A Direção do
6 Centro de Ciências da Saúde encaminhou Ofício em função da
7 deliberação do Conselho de Administração, em reunião ordinária
8 realizada no dia 05 de junho de 2024 que aprovou o Relatório do Grupo
9 de Trabalho constituído pela Portaria 5760 de 16/12/2022 para estudo
10 das Resoluções CA 163/2009 e 180/2009 e o encaminhamento da
11 proposta de minuta de resolução para discussão nos Centros de
12 Estudos. Considerando o prazo estabelecido pelo GR de retorno das
13 sugestões dos Centros de Estudos até 06 (seis) de setembro de 2024;
14 Considerando a relevância do tema e a necessidade de ampla e efetiva
15 discussão; Considerando a deliberação do Conselho do Centro de
16 Ciências da Saúde (CCS) realizado em 11 de agosto de 2024, que
17 solicitou a prorrogação do prazo em mais 60 dias para oportunizar as
18 discussões nos departamentos, colegiados e comissões; a Direção
19 solicita a ampliação do prazo de entrega das contribuições dos Centros
20 para 06 (seis) de novembro de 2024. Colocado em regime de votação,
21 o Conselho aprovou com 1 (uma) abstenção, a prorrogação do prazo
22 por 60 (sessenta) dias, com limite até o dia 01 de novembro de 2024,
23 para finalização das discussões nos Centros e encaminhamento de
24 sugestões ao Gabinete da Reitoria. **Extrapauta 3 - Processo**
25 **22.636.639-3 - CÂMARA DE GRADUAÇÃO - deliberar acerca do**
26 **pedido da Câmara de Graduação de que o Relatório do Grupo de**
27 **Trabalho que apresentou uma minuta de resolução em**
28 **substituição às Resoluções C.A 180/2009 e 163/2029 seja objeto de**
29 **análise e deliberação da Câmara de Graduação, bem como das**
30 **demais Câmaras que compõem o Conselho de Ensino, Pesquisa e**
31 **Extensão (CEPE). (Relatora: Profa. Dra. Ana Marcia Tucci de**
32 **Carvalho).** O Coordenador do Colegiado do Curso de Psicologia, prof.
33 Dr. Maiango Dias, encaminhou Ofício solicitando a possibilidade de que
34 a minuta de resolução elaborada pelo Grupo de Trabalho do CA,
35 instituído pela Portaria nº 5760/2022, para estudo das resoluções 180
36 e 163/2009, seja objeto de análise e deliberação da Câmara de
37 Graduação (CG), bem como das demais Câmaras que compõem o
38 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), considerando que
39 os conteúdos e conceitos em discussão na referida minuta trazem
40 implicações diretas para as atividades pedagógicas, de ensino,
41 pesquisa e extensão. Colocado em regime de votação, o Conselho
42 aprovou, com 1 (uma) abstenção, a solicitação da Coordenação do

1 Colegiado de Psicologia. Aprovou ainda, a prorrogação do prazo por 60
2 (sessenta) dias com limite até o dia 01 de novembro de 2024, para
3 finalização das discussões nos Centros e encaminhamento de
4 sugestões ao Gabinete da Reitoria. **Extrapauta 4 - Processo**
5 **22.625.186-3 - COLEGIADOS STRICTO SENSU - deliberar acerca**
6 **do pedido do Colegiado dos Programas de Pós-Graduação Stricto**
7 **sensu da UEL de ampliação do prazo para a finalização das**
8 **discussões nos Centros acerca do Relatório do Grupo de Trabalho**
9 **que apresentou uma minuta de resolução em substituição às**
10 **Resoluções C.A 180/2009 e 163/2029 (Profa. Dra. Silvia Meletti).** O
11 Coordenador do Colegiado dos Programas de Pós-Graduação Stricto
12 sensu, prof. Dr. André Luiz Martinez de Oliveira, encaminhou Ofício
13 explicitando que embora haja motivação justificada para a confecção
14 de uma nova resolução normativa das diretrizes administrativas para
15 caracterização e distribuição das atividades docentes na UEL, os
16 coordenadores dos programas de pós-graduação Stricto sensu da UEL,
17 como a maioria dos docentes desta Universidade, somente obtiveram
18 acesso ao conteúdo da minuta recentemente (a partir da segunda
19 quinzena do mês de julho), muitos justificando que seus Departamentos
20 ainda não haviam pautado a discussão. Neste sentido, os
21 coordenadores dos programas de pós-graduação Stricto sensu da UEL
22 apontaram de forma amplamente majoritária a necessidade de
23 extensão de prazo para a discussão da referida minuta por 60 dias,
24 considerando que seu conteúdo trará impactos significativos ao
25 cotidiano das atividades docentes inerentes à pós-graduação Stricto
26 sensu – embora tais impactos não se limitem a estas atividades.
27 Colocado em regime de votação, o Conselho aprovou com 1 (uma)
28 abstenção, a prorrogação do prazo por 60 (sessenta) dias, com data
29 limite de 01 de novembro de 2024, para finalização das discussões e
30 encaminhamento de sugestões ao Gabinete da Reitoria. Os
31 Conselheiros agradeceram a presença do presidente da Grupo de
32 Trabalho, prof. Miguel Belinati Piccirillo, nas reuniões dos Conselhos de
33 Centros, para esclarecimento de possíveis dúvidas. A reconstituição do
34 Grupo de Trabalho para a sistematização das sugestões
35 encaminhadas, bem como a metodologia empregada, será discutida
36 oportunamente. **II. INFORMES.** Prof. Azenil Staviski solicitou o apoio
37 de todos em relação à realização do inventário patrimonial, cujo prazo
38 final é 30 de setembro de 2024. Em seguida passou a palavra ao Diretor
39 de Orçamento, Alécio Martins Fontes, que fez uma apresentação,
40 através de multimídia, de resumo da execução do orçamento de 2024.
41 Ele informou que no mês de abril é feita uma convocação pela SEFA a
42 todas as Unidades do Estado, para fazerem a previsão de suas receitas

1 anuais (recursos próprios e Convênios). Diante disso são feitas as
2 previsões, encaminhadas à SEFA, sendo o valor aproximado de R\$ 18
3 a 20 milhões. No mês de agosto, nos é enviado o teto orçamentário,
4 baseado na receita prevista. O teto dos recursos do tesouro é feito
5 através da arrecadação própria do Estado. As nossas necessidades
6 totais, incluindo recursos do tesouro e próprio, está atualizada em torno
7 de R\$67 milhões. Prof. Azenil Staviski complementou dizendo que o
8 orçamento é uma visão macro daquilo que é possível dentro da
9 arrecadação que o Estado vai conseguindo ao longo do ano. À medida
10 que avança a arrecadação ele vai liberando o orçamento e quando se
11 executa toda uma licitação que vai para empenho, execução, entrega,
12 seja uma obra, seja um serviço ou um material, depois vem para o
13 pagamento e é solicitada a cota financeira, o pedido de desembolso, a
14 liquidação, a ordem bancária e todo o trâmite de controle da parte
15 financeira e contábil, até prestação de contas. A parte financeira e
16 contábil, é muito dinâmica. Fez a apresentação, através de multimídia,
17 do demonstrativo de Receitas e Despesas (Operacionais e Não
18 Operacionais) - Projeto ENSINO - Exercício 2024; Lista Detalhamento
19 Bolsas Inclusivas por Classificação Orçamentária Valores Liberados na
20 Discriminação de Despesa 'Bolsas Inclusivas' - Recursos Liberados
21 SICOR até 26/08/2024; Tabelas Complementares por Unidades
22 Orçamento Gerencial e Orçamento Básico de Manutenção - Recursos
23 Liberados SICOR até 26/08/2024. A Reitora solicitou à Procuradora
24 Jurídica Profª Tania Muniz a apresentar a situação em relação ao
25 patronal. Profª Tânia Muniz fez uma retrospectiva para explicar a
26 situação do patronal. Disse que a Universidade na década de 70, em
27 torno de 1972, a partir de um dispositivo legal que tratava das isenções
28 na época militar, se enquadrou dentro dessa característica, pela qual
29 conseguiu certificado que a caracterizava como filantrópica e,
30 portanto, haveria a condição de isenção da cota patronal. Isso significa
31 que a instituição faz o recolhimento somente de parte desse tributo que
32 é descontado diretamente do trabalhador e por isso mesmo esse
33 desconto é diferenciado. Com a constituição federal em 1988, ela trata
34 disso como dispositivo constitucional e remete para que ele seja
35 regulamentado por norma infra-constitucional, o que significa que seria
36 necessário que o estado regulamentasse esses dispositivos na cartilha
37 de uma lei complementar. Porém antes dessa lei complementar, que só
38 vai ocorrer em dezembro de 2021, algumas leis, no sentido amplo,
39 foram criadas e a primeira delas por decreto que regulamenta a lei, mas
40 não regulamenta a própria lei de constituição e regulamenta os limites
41 que a lei estabelece, mas o Decreto vem e traz uma série de limitações,
42 entre elas, de quem poderia ser beneficiário dessa isenção. Nós nos

1 insurgimos em relação a isso porque nesse período, logo na sequência,
2 veio uma lei ordinária que trata de assuntos que já estavam regulados
3 e a Receita na época, a Previdência, simplesmente caçou esse
4 certificado da universidade e fez o lançamento de alguns tributos dessa
5 cota patronal e isso se deu em relação aos anos de 2004 a 2006. A
6 universidade entrou então com um mandado de segurança, no sentido
7 que não poderia haver a cassação desse certificado sem o chamado
8 contraditório e determinou que a Previdência reativassem o certificado.
9 Ela reativou, porém após um ano, retomou novamente o procedimento.
10 A Universidade entrou novamente com ação para desconstituir esse
11 débito, para discutir esta ação e contestar a validade daquele
12 dispositivo e ao mesmo tempo, a UEL entrou com discussão no CARF,
13 que é o Conselho Administrativo da Receita. Na época criou-se a tese
14 da Universidade considerada vencedora e ela acabou sendo ratificada
15 no Tribunal Regional Federal da 4ª região e então não fez o pagamento
16 referente a esse período. Já em 2016 novamente existiu um processo
17 de fiscalização da receita federal, onde ela fez uma auditoria e o
18 lançamento referente a 1o período de 2013 a 2015. Vale salientar que
19 novamente temos uma lei ordinária que veio regular essas questões e
20 que a universidade continua a não reconhecer e que essa Lei possa
21 regulamentar quem tem ou não direito a imunidade, e que isso deveria
22 ser feito por lei complementar, assim como obtivemos o êxito na
23 demanda anterior. A Receita administrativamente não aceitou, foi feito
24 um recurso ao CARF e fez novamente uma fiscalização e um
25 lançamento pertinente aos débitos referentes aos anos de 2019, 2020,
26 2021 e parte de 2022. Na nossa percepção essa fiscalização foi feita
27 porque era o limite para transição entre o sistema de informação por
28 planilha e o sistema de informação via sistema, que era o E-Social. No
29 primeiro momento não foi feito recurso administrativo, e então, em
30 2023, como fomos intimados em relação a esse débito de 144milhões,
31 acionamos judicialmente para a discussão desse recurso. Tínhamos,
32 em dezembro de 2021, o advento da lei complementar regulando que
33 não teríamos mais direito, ou seja, a partir de 2022, estaríamos fora do
34 alcance da lei, sobraría o período que seria aplicável ou não de
35 anterioridade nonagesimal. Existe uma discussão se teríamos essa
36 dívida efetivamente a partir de abril de 2022 ou a partir de janeiro de
37 2022, mas de qualquer forma, a partir de 2022, teríamos esse débito. A
38 receita, na sequência, movimentou o CARF para fazer o julgamento. O
39 primeiro período foi aceito sem contrariar a sentença, já o segundo
40 período, não foi aceito. O recurso retornou ao CARF para ser
41 processado internamente na Receita Federal. Nesse processamento
42 em março de 2024, fomos intimados a pagar em maio de 2024.

1 Obviamente não teríamos como fazer esse pagamento sem nenhum
2 tipo de suplementação e dessa forma, aguardamos que fosse colocado
3 em dívida ativa. Ao ser levada para o cadastro de dívida ativa, também
4 fizemos a proposição de uma ação visando a desconstituição desse
5 débito. Ela é feita, inicialmente, através de uma tutela antecedente que
6 depois pressupõe a complementação desse pedido que foi feito no
7 início dessa semana. Essas duas situações fizeram com que a receita
8 não pudesse executar esses débitos, porém a PGFN (Procuradoria
9 Geral da Fazenda Nacional) propôs uma execução nessas duas ações,
10 e estamos embargando as duas questões, aliás foi um documento que
11 circulou pela universidade. São duas situações, primeira, qual é a ação
12 que temos que responder? Segundo a ação é proposta de forma
13 irregular pois ela só poderia ser proposta depois de terminada a
14 discussão daquela ação que discute a possibilidade ou não desse
15 débito. Além disso, a PGNF encaminhou para a Delegacia de Polícia
16 Federal, a demanda relativa a essa questão, então hoje temos dois
17 inquéritos relativos aos períodos de 2019 a 2022 e de 2013 a 2015,
18 ambos se referindo a apropriação indébita. De qualquer é preciso
19 responder e a ideia é fazer com que acabe no inquérito e que não
20 chegue ao Ministério Público, mas, caso chegue, tentaremos fazer com
21 que não vá adiante. Paralelamente a isso, em relação aos valores
22 relativos a 2022 e 2023, como tínhamos um problema com o e-social e
23 ele foi equacionado, fizemos todos os lançamentos e, por consequência
24 tínhamos que pagar as diferenças daquilo que foi recolhido em relação
25 ao patronal e o que tínhamos que recolher ainda, e esses valores eram
26 referentes a outubro de 2022 a dezembro de 2023, em torno de R\$ 41
27 milhões, atualizados. Diante das discussões, foram feitas uma série de
28 negociações, novamente, para garantir que esse valor nos fosse
29 liberado, e ainda assim solicitamos que fosse liberado de janeiro ou
30 abril de 2022, até dezembro de 2023, por enquanto só conseguimos
31 que se entendesse essa vantajosidade de outubro de 2022 a dezembro
32 de 2023. Foi nesse período que houve problemas em relação a nossa
33 certidão negativa, inclusive com inúmeras tentativas para conseguir
34 essa certidão fora dos limites autorizados por lei, mas sem êxito. Houve
35 uma discussão na Comissão Mista (PGE e PJU) onde foi solicitado que
36 eles avocassem a representação da universidade e passassem a fazer
37 a defesa da universidade, o que provavelmente acontecerá. Nessa
38 comissão discutiu-se, inclusive, a impossibilidade da certidão negativa,
39 o que passou a gerar algumas restrições ao próprio Estado e então
40 sugerimos a seguinte alteração: estávamos propondo a negociação de
41 janeiro à dezembro, o que dava em torno de 68 milhões, mas como eles
42 defendiam que deveríamos fazer só de outubro em diante, que é a parte

1 que não estava revisada, esse valor caía para 41,5 milhões, e aí
2 adotamos uma forma de negociação chamada de transação por
3 adesão, que se limita a 45 milhões. Essa negociação foi feita por duas
4 bases: 1º) no limite da lei e no limite do que a própria SEFA considerou
5 pertinente, ele diz; no mínimo dois exercícios orçamentários e 2º) no
6 máximo em 30 parcelas e foi isso que colocamos no site da receita, e
7 a outra questão é se nos enquadraríamos na capacidade de transação,
8 e a receita já faz essa caracterização com quatro tipos de pagamento:
9 A, B, C e D. O C e o D se habilitam a fazer transação, nós estamos no
10 C, o que significa que devemos muito, mas temos como pagar, então,
11 dentro dessa condição, eles deram o máximo de desconto possível, ou
12 seja, conseguiremos retirar parte daquilo que é encargo, tirando R\$12
13 milhões dessa dívida, ficando R\$29 milhões. O que se demanda ainda
14 é que aqueles outros meses possam ser negociados, por isso a
15 solicitação que tínhamos continua, porque podemos tanto mudar a
16 distribuição desses valores quanto crescer um período a ser
17 negociado, e a nossa expectativa é, se não tiver alterações,
18 continuamos dessa forma onde a suplementação será solicitada, ou
19 acrescentar aqueles valores correspondentes a esse período de 2022.
20 Com isso teremos uma situação que não está resolvida, mas de relativa
21 tranquilidade para os próximos anos, mas temos que ficar alertas para
22 que os próximos que sucederem a reitoria mantenham e monitorem
23 essa situação. E além disso, em virtude dessa situação, tudo o que
24 acontece em relação a universidade a PGFN tem nos acionado, então
25 temos o período de 2023 que está em uma execução que já
26 bloqueamos lá atrás e eles, em equívoco de lançamento, colocaram um
27 código errado e foi feito um procedimento administrativo de alteração
28 desse lançamento. A Receita Federal expôs que estávamos corretos,
29 e a Proaf fez a adequação, porém ainda assim encaminharam para a
30 dívida ativa e para a polícia federal e agora temos que tratar junto à
31 delegacia sobre esse erro e que deve ser retirado. A Reitora relatou
32 que pelo menos agora, temos um mapeamento e um encaminhamento,
33 mas não está sendo fácil pois temos três processos na polícia federal.
34 A condição institucional, estamos saneando, mas é um planejamento a
35 médio e longo prazo, por isso precisa ser assumido um compromisso
36 institucional. Existe um acordo de suplementação com a Secretaria de
37 Fazenda, porém será necessário manter a luta constante para que de
38 fato isso aconteça. São 12 parcelas de R\$ 207.000,00, mais 18
39 parcelas de R\$1.448.000, 00, dívida esta que se encerrará em janeiro
40 de 2027. Durante esse período precisaremos trabalhar na perspectiva
41 do pagamento, sem atrasos, senão perderemos a certidão. A Reitora
42 informou ainda, em relação à FUNTEL, que desde a sua instituição a

1 UEL participa do Conselho. Disse que quando assumiram a gestão,
2 foram acionados para fazerem um movimento de reativação.
3 Participaram de algumas reuniões e descobriram que a Fundação tinha
4 R\$ 6 milhões em dívidas e um dos Conselheiros disse que a UEL fazia
5 parte e que estava implicada. Começaram a fazer um levantamento
6 jurídico da FUNTEL, encontraram mais problemas e o resultado desse
7 processo é a solicitação de desconstituição da Fundação. Passou a
8 palavra à prof^a Tânia Muniz, que relatou que a FUNTEL foi criada a
9 partir de uma iniciativa do Curso de Engenharia e Arquitetura e por
10 patrimônio cedido pela Prefeitura do Município de Londrina. Na sua
11 constituição ficaram à época a UEL como instituição de ensino, a
12 Prefeitura de Londrina, a Câmara Municipal de Londrina e o Clube de
13 Engenharia que era o grande idealizador. Ao longo dos anos, deixou-
14 se de dar a atenção devida àquela Fundação. Houve uma redução
15 grande na oferta de cursos técnicos e esta condição da Fundação foi
16 se deteriorando e com a pandemia mais ainda e chegou ao ponto de
17 que a Fundação parou de ofertar os cursos e hoje não se consegue
18 resgatar a documentação do funcionamento da Fundação. Uma
19 Fundação criada por um patrimônio Público, é o que se chama de
20 Fundação Privada de Caráter Público. A FUNTEL tem uma
21 característica de funcionamento, mas ela tem uma restrição do próprio
22 patrimônio porque é um patrimônio que desconstituída a Fundação, ela
23 deve retornar, porque está doado enquanto estiver em funcionamento.
24 Em um determinado momento, alguém entendeu que ela era uma
25 Fundação privada e de Direito Privado, resolveu vender parte desse
26 patrimônio que estava construído parte em um terreno doado e parte
27 em um fundo de vale que é uma área de preservação. Dessa forma é
28 iniciada uma discussão em relação ao Ministério Público que é gerador
29 das Fundações. O ministério público entende que em tendo
30 características de Direito Público, que pode fazer isso é a Prefeitura que
31 instituiu a Fundação e do ponto de vista judicial, o juiz diz que se trata
32 de uma Fundação Privada de Direito Público e que não pode
33 simplesmente vender o patrimônio dessa forma. Disse que foi à
34 Prefeitura e se reuniu com os procuradores envolvidos que levaram
35 todos os dados e a conclusão que chegaram é efetivamente que essa
36 venda não poderia ter acontecido. Existe uma dívida e a Prefeitura já
37 começou a ser acionada e existe também em parte desse imóvel, uma
38 para a Unifil, cujo valor não se sabe como é pago, porque não existe
39 conta e o contador faz um balancete sem documentação alguma. Existe
40 uma manifestação da Controladoria do Município e realizaram reunião
41 com representantes dos instituidores com assento no Conselho da
42 Funtel para fazer o levantamento da documentação. Solicitou Auditor

1 ao Sérgio Manabe, que compusesse essa equipe para fazer o
2 levantamento, mas ele informou que não existe documentação. Para
3 dizer que existe crime, improbidade administrativa, ou algo do gênero,
4 é um passo muito grande, mas dá para acenar que existem
5 irregularidades e uma situação extremamente precária em relação a
6 estas questões e até mesmo em relação a estas dívidas elencadas,
7 porque existe uma série de ações em que sequer houve defesa por
8 parte da Fundação. Na última reunião realizada houve a seguinte
9 orientação: fazer a desconstituição da FUNTEL, a retomada do
10 patrimônio para a Prefeitura Municipal e as dívidas serão levantadas
11 quando houver o acionamento e a responsabilização em relação a
12 esses débitos que nesse momento é impossível de se fazer, pois não
13 é possível levantar a documentação necessária para essa finalidade.
14 Dessa forma a administração trabalhará no sentido de dissolução da
15 FUNTEL. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e eu,
16 Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos
17 Colegiados Superiores, lavrei esta ata, que após lida e aprovada,
18 será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na
19 reunião.

20
21 Marta Regina Gimenez Favaro
22 Reitora

23
24 Laura Taddei Brandini
25 Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

26
27 João Antonio Cyrino Zequi
28 Diretor do Centro de Ciências Biológicas

29
30 Silvano Cesar da Costa
31 Vice-Diretor do Centro de Ciências Exatas

32
33 Miguel Belinati Piccirillo
34 Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

35
36 Carrie Chueire Ramos Galvan
37 Vice-Diretora do Centro de Ciências da Saúde

38
39 Rosane Suely Alvares Lunardelli
40 Vice- Diretora do Centro de Educação, Comunicação e Artes

41
42 Inês Cristina de Batista Fonseca
43 Diretora do Centro de Ciências Agrárias

44
45 Patrícia Mendes Pereira
46 Vice- Diretora do Centro de Ciências Agrárias

47

Livro nº 38 - CA

1	Eloísa Ramos Ribeiro Rodrigues	_____
2	Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo	
3		
4	Orlando Mendes Fogaça Junior	_____
5	Diretor do Centro de Educação Física e Esportes	
6		
7	Carlos Eduardo Boni	_____
8	Representante dos Servidores Técnicos Administrativos	
9		
10	Keli Cristina da Silva Ferreira	_____
11	Representante Suplente dos Servidores Técnicos Administrativos	
12		
13	Azenil Staviski	_____
14	Pró-Reitor de Administração e Finanças	
15		
16	Alécio Martins Fontes	_____
17	Pró-Reitor de Planejamento em exercício	
18		
19	Ana Márcia Tucci de Carvalho	_____
20	Pró-Reitora de Graduação	
21		
22	Zilda Andrade	_____
23	Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade	
24		
25	Suzana Mali de Oliveira	_____
26	Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação em exercício	
27		
28	Leandro Altimari	_____
29	Pró-Reitor de Recursos Humanos	
30		
31	<u>CONVIDADOS</u>	
32		
33	Luiz Claudio Buzeti	_____
34	Prefeito do Campus	
35		
36	Angela Maria Sousa Lima	_____
37	Diretora do Sebec	
38		